



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



JOÃO PESSOA, - P

## Distribuição

PROJETO DE LEI Nº 34/91

DO DEPUTADO FRANCISCO LOPES - Dispõe sobre o número máximo de alunos em sala de aula na rede Pública e Particular de ensino do Estado da Paraíba.





AO EXPEDIENTE DO DIA *Estado da Paraíba*

*08* de *05* de *1991* *Assembleia Legislativa*  
Em, *07* de *05* de *1991* *Casa de Eritório Pessoa*

*Francisco Lopes da Silva*  
Presidente

Projeto de lei nº 34 , de 1991

Dispõe sobre o número máximo de  
alunos em sala de aula na rede  
pública e particular de ensino  
do Estado.

Art.1º - O número de alunos por sala de aula atendidos por 01 (um)  
professor nos cursos regulares dos estabelecimentos de  
ensino público e privado não poderá exceder os seguintes  
limites:

- I - 15 (quinze) alunos no maternal e jardim de infância;
- II - 20 (vinte ) alunos na primeira,segunda,terceira e quarta  
séries do primeiro grau;
- III - 30 (Trinta) alunos na quinta,sexta,sétima e oitava séries  
do primeiro grau;
- IV - 35 (trinta e cinco) alunos em todas as séries do 2º grau.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor no ano letivo de 1992.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

*Francisco Lopes da Silva*  
Deputado Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes )





Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Exatidão Pensa



JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei visa atender uma antiga reivindicação dos professores no que se refere às condições de trabalho.

No caso da educação, as condições de trabalho não dizem respeito apenas ao educador, mas também ao educando, pois este só poderá ter a atenção que necessita de seu professor se o número de alunos na sala de aula não for excessivo.

As técnicas pedagógicas modernas recomendam que seja dada oportunidade aos alunos de assimilarem os conteúdos segundo seus ritmos individuais e isto não pode ser feito com um número elevado de alunos por sala de aula.

Os números referências que constam no Projeto de Lei fazem parte de reivindicações dos sindicatos da categoria, portanto são extremamente legítimos pois se baseiam na experiência cotidiana dos profissionais do ensino.

É justamente no ensino particular que se situam as maiores distorções na relação número de alunos por professor. Cabe ao Estado, por direito e dever, coibir tais distorções zelando pela qualidade do ensino. Não se pode permitir que os imperativos de lucratividade comprometam o ensino.

No artigo 2º do Projeto de Lei se propõe a sua entrada em vigor apenas no ano letivo de 1992, dando espaço de tempo necessário para que as instituições públicas e privadas de ensino realizem adaptações cabíveis para a aplicação do Projeto de Lei.

Abrimos às entidades interessadas a possibilidade de, no decorrer da tramitação legislativa deste Projeto de Lei, propor mudanças e emendas que visem aperfeiçoá-lo

*Francisco Lopes da Silva*  
Dep. Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes)





Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI

Nº 06/91

(DO DEPUTADO FERNANDO MELO)

Reconhece de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores em Empresa Ferroviária do Estado da Paraíba, e dá outras providências.

RELATOR: Deputado JOÃO BOSCO CARNEIRO

I - RELATÓRIO

O Deputado Fernando Melo propõe, via Projeto de Lei nº 06/91, Reconhecimento de Utilidade Pública ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresa Ferroviária do Estado da Paraíba, e dá outras providências.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em análise, vem a tornar de utilidade pública a uma entidade que defende os interesses de uma classe no Estado da Paraíba.

A presente matéria está perfeitamente instruída e após os estudos procedidos, opino pelo voto favorável.

Sala da Comissão, 20 de março de 1991.

Deputado João Bosco Carneiro

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 06/91, nos termos do Parecer do Relator.

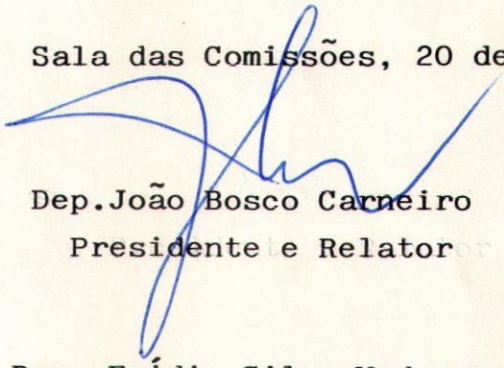




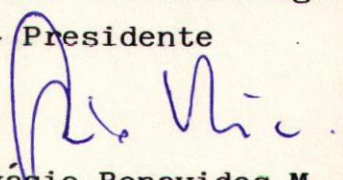
Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

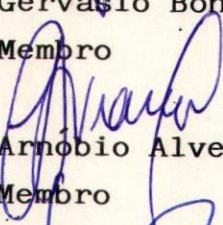
Estiveram presentes os Senhores Deputados :  
João Bosco Carneiro, Presidente e Relator; Egídio Silva Madruga -  
Vice-Presidente; Gervásio Bonavides Mariz Maia, Arnóbio Alves Viana e Simão de Almeida Neto.

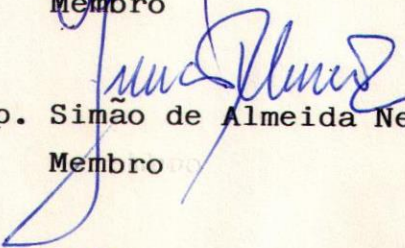
Sala das Comissões, 20 de março de 1991.

  
Dep. João Bosco Carneiro  
Presidente e Relator

Dep. Egídio Silva Madruga  
Vice - Presidente

  
Dep. Gervásio Bonavides M. Maia  
Membro

  
Dep. Arnóbio Alves Viana  
Membro

  
Dep. Simão de Almeida Neto  
Membro

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em 11/04/91

  
SECRETÁRIO





Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



Registrado no Livro de Plenário  
às Fls. 06 Sob No 06/91  
EM, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/19\_\_\_\_

publicado no Diário do poder  
Legislativo do Dia 06/03/91  
de 19\_\_\_\_  
EM, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/19\_\_\_\_

SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em 05 / 03 / 91  
Irappan Sobral Filho  
Diretor da Ass. ao Plenário

A Comissão de Constituição, Legisla-  
ção e Justiça —

Em, 05.III.91.

al. Assembleia Legislativa do Paraíba

Irappan Sobral Filho  
Sec. Legislativo





Registrado no Livro de Plenário  
de 200 N.º  
Em \_\_\_\_\_

Registrado no Diário do Poder  
Legislativo de 19  
de 19  
Em \_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa  
Em \_\_\_\_\_  
Diretor da Ass. ao Plenário

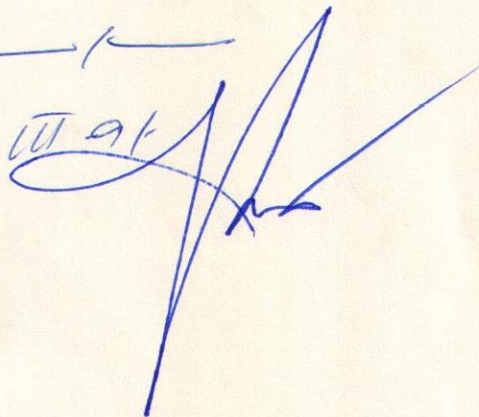
Assamblea Legislativa do Paraná  
Instituto de Estudos  
de Legislação



~~Dr. Deputado~~

Permanecer com o Presidente para  
relatar. —

Em 06. III 91

A large, stylized handwritten signature in blue ink, consisting of several sweeping strokes, positioned over the date and extending upwards.



§ 3º - No mesmo prazo mencionado no parágrafo primeiro, deverá ser publicado Aviso resumido do Edital em jornal de circulação regional, que deverá conter:

- a) nome do Sindicato em destaque;
- b) prazo para registro de chapas;
- c) datas, horários e locais de votação.

## SEÇÃO II

### DOS CANDIDATOS

ARTIGO 46 - Os candidatos serão registrados através de chapas que conterão os nomes de todos os concorrentes, efetivos e suplentes, estes em número não inferior a 2/3 (dois terços) dos cargos a preencher.

ARTIGO 47 - Não poderá se candidatar o associado que:

- a) não tiver definitivamente aprovadas as suas contas de exercício em cargos de administração;
- b) houver lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;
- c) contar menos de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social do Sindicato, na data da eleição;
- d) não estiver no gozo dos direitos sociais conferidos por este estatuto.

## SEÇÃO III

### DO REGISTRO DE CHAPAS

ARTIGO 48 - O prazo para registro de chapas será de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do aviso resumido do edital em jornal de circulação regional, excluindo-se o primeiro e incluindo-se o último dia, que será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado.

ARTIGO 49 - O requerimento de registro de chapa, em 3 (três) vias endereçado ao presidente do Sindicato, assinado por qualquer dos candidatos que a integram, será acompanhado dos seguintes documentos:

- a) ficha de qualificação dos candidatos em 3 (três) vias assinadas;



CALL 10/2000  
RELA 11/3/00

qualificação civil, vice e anverso, e o contrato de trabalho em vi  
gor. 53/20 310 210

PARÁGRAFO ÚNICO - A ficha de qualificação dos candidatos conterá os seguintes dados: nome, filiação, data e local de nascimento, estado civil, residência, número de matrícula sindical, número de órgão expedidor da Carteira de Identidade, número da série da Carteira de Trabalho, número do CPF, nome da empresa em que trabalha, cargo ocupado e tempo de exercício da profissão.

ARTIGO 50 - As chapas registradas deverão ser numeradas seguidamente a partir do número 1 (hum), obedecendo a ordem do registro.

ARTIGO 51 - O presidente do Sindicato comunicará por escrito à empresa, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o dia e hora do registro da candidatura do seu empregado, fornecendo a este comprovante no mesmo sentido.

ARTIGO 52 - Será recusado o registro da chapa que não contenha candidatos efetivos e suplentes em número suficiente, ou que não esteja acompanhada das fichas de qualificação preenchidas e assinadas de todos os candidatos.

§ 1º - Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, o presidente notificará o interessado para que promova a correção no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena do registro não se efetivar.

§ 2º - É proibida a acumulação de cargos, quer na Diretoria, Conselho Fiscal ou Conselho de Representação junto à Federação, Efetivo ou Suplente, sob pena de nulidade do registro.

ARTIGO 53 - Encerrado o prazo para registro de chapas, o presidente do Sindicato providenciará a imediata lavratura da ata, mencionando-se as chapas registradas, de acordo com a ordem numérica referida no art. 50.

§ 1º - A ata assinada pelo presidente do Sindicato e por, pelo menos, um candidato de cada chapa, esclarecendo o motivo da eventual falta de qualquer assinatura.





ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Registrado no Livro de Plenário  
às Fls. 34 Sub No. 34/91  
EM, 07, 05, 19 91

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo do Dia 1 / 1  
de 19 91  
EM 1 / 1 19 91

1º SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em 13 / 05 / 91  
Primo Rêgo  
Diretor da Ass. ao Plenário

REMESSA  
remetido nesta data ao  
de Comissões de Justiça  
Em 15 / 05 / 1991  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA P.P.  
José Claudio Gomes Ribeiro  
Dir. de Div. das Comissões Técnicas  
Mat. 271.611 - 9



§ 2º - Os requerimentos de registros de chapas acompanhados dos respectivos documentos e a ata serão entregues à Junta Eleitoral que passará a dirigir o processo eleitoral.

#### SEÇÃO IV

##### DA JUNTA ELEITORAL

ARTIGO 54 - Encerrado o prazo para registro de chapas, será constituída uma JUNTA ELEITORAL composta de 2 (dois) representantes de cada chapa inscrita.

§ 1º - A junta será constituída e empossada no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do término do prazo para registro de chapas.

§ 2º - Na falta de indicação de representante pela chapa, no prazo previsto no § 1º, compete à Diretoria do Sindicato designar os membros que comporão a Junta.

ARTIGO 55 - A Junta garantirá que todas as chapas concorrentes tenham as mesmas condições e oportunidades para utilização do patrimônio e instalações do sindicato, tais como salas, local para reuniões e depósito de material gráfico, promoção de debates, etc.

ARTIGO 56 - Empossada a Junta, esta providenciará, no prazo de 5 (cinco) dias, a publicação de todas as chapas registradas em jornal de circulação regional e nos órgãos de informação do Sindicato, de modo a se garantir a mais ampla divulgação dos nomes dos candidatos.

ARTIGO 57 - A Junta Eleitoral compete:

- a) Organizar o Processo Eleitoral em 2 (duas) vias;
- b) designar os membros das mesas coletoras e apuradoras de voto, propondo-os às autoridades competentes;
- c) fazer as comunicações e publicações previstas neste Estatuto;
- d) preparar a relação de votantes;
- e) confeccionar a cédula e preparar todo material eleitoral;



CARTELA DE  
RETI-...

g) decidir sobre quaisquer outras questões referentes ao processo eleitoral;

h) retificar o Edital de Convocação das eleições.

ARTIGO 58 - A Junta Eleitoral se reunirá ordinariamente 2 (duas) vezes por semana e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrandro ata de suas reuniões, que serão abertas.

§ 1º - As decisões da Junta, sempre que possível, serão tomadas por consenso de seus membros.

§ 2º - Havendo impasse, a Junta convocará uma Assembléia Geral para decidir sobre o ponto discordante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da reunião que originou o impasse.

§ 3º - Esta Assembléia será convocada através de boletins amplamente distribuídos na categoria que conterão, obrigatoriamente, o assunto que originou o impasse e a posição de cada membro da Junta Eleitoral.

ARTIGO 59 - A Junta Eleitoral será dissolvida com a posse dos eleitos.

## SEÇÃO V

### DAS IMPUGNAÇÕES

ARTIGO 60 - Os candidatos que não preencheram as condições estabelecidas no Art. 48 poderão ser impugnados por qualquer associado, no prazo de 5(cinco) dias, a contar da publicação da relação das chapas inscritas em jornal de circulação regional.

ARTIGO 61 - A impugnação, expostos os fundamentos que a justificam, será dirigida à Junta Eleitoral e entregue contra recibo, na secretaria do Sindicato.

ARTIGO 62 - O Candidato impugnado será notificado da impugnação em 2(dois) dias, pela Junta Eleitoral, e terá o prazo de 5(cinco) dias para apresentar sua defesa.

ARTIGO 63 - Instituído, o processo de impugnação será deci



âutoridade competente.

ARTIGO 64 - Julgada procedente a impugnação, o candidato impugnado não poderá ser substituído.

ARTIGO 65 - A chapa de que fizer parte o candidato impugnado poderá concorrer desde que os demais candidatos, entre efetivos e suplentes, bastem ao preenchimento de todos os cargos, obedecendo o disposto no Art. 46.

#### SEÇÃO VI

##### DO ELEITOR

ARTIGO 66 - É eleitor todo o associado que estiver no gozo dos direitos sociais conferidos por este estatuto.

ARTIGO 67 - Para exercitar o direito do voto o eleitor deverã ter quitado as mensalidades até 30 (tinta) dias antes da eleição.

#### SEÇÃO VII

##### DA RELAÇÃO DE VOTANTES

ARTIGO 68 - A relação de todos os associados eleitores deverã estar pronta até 30 (trinta) dias antes das eleições.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cópias de relação de votantes deverão ser entregues a todas as chapas concorrentes, sob recibo, até 20 (vinte) dias antes do pleito, sob pena <sup>\*</sup>de nulidade das eleições.

#### SEÇÃO VIII

##### DO VOTO SECRETO

ARTIGO 69 - O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

a) uso de cédula única contendo todas as chapas registradas;

b) isolamento do eleitor em cabine indevassável para o ato de votar;

c) verificação de autenticidade da cédula única à vista das rubricas dos membros da mesa coletora;



CRI TUBA...  
REPRESENTANTES

res das chapas concorrentes, e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

53/20

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Nenhuma pessoa estranha à direção da mesa coletora poderá interferir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação, salvo os membros da Junta Eleitoral.

**ARTIGO 78** - Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificado, assinará a folha de votantes e na cabine indevassável, após assinar no retângulo próprio a chapa de sua preferência, a dobrará, depositando-a, em seguida, na urna colocada na mesa coletora.

**§ 1º** - O eleitor analfabeto aporá sua impressão digital na folha de votantes, assinando o seu rogo um dos mesários.

**§ 2º** - Antes de depositar a cédula na urna o eleitor deverá exibir a parte rubricada à mesa e aos fiscais, para que verifiquem, sem a tocar, se é a mesma que lhe foi entregue.

**§ 3º** - Se a cédula não for a mesma, o eleitor será convidado a voltar à cabine indevassável e a trazer seu voto na cédula que recebeu; se o eleitor não proceder conforme determinado, não poderá votar, anotando-se a ocorrência na ata.

**ARTIGO 79** - Os eleitores cujos votos forem impugnados e os associados cujos nomes não constarem da lista de votantes, votarão em separado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O voto separado será tomado da seguinte forma:

a) O presidente da mesa coletora entregará ao eleitor envelope apropriado, para que ele, na presença da mesa, nele coloque a cédula que assinalou, colando o envelope.

b) O presidente da mesa coletora colocará o envelope dentro de um outro maior e anotará no verso deste o nome do eleitor e o motivo do voto em separado, depositando-o na urna;

c) os envelopes serão padronizados de modo a resguardar o sigilo do voto;

d) o presidente da mesa apuradora depois de ouvir os representantes das chapas, decidirá se apura ou não o voto



CARTEIRA SOCIAL DO SINDICATO  
53/20 JUN 1964

ARTIGO 80 - São documentos válidos para identificação do eleitor:

- a) Carteira Social do Sindicato;
- b) Carteira de Trabalho;
- c) Crachá da empresa em que trabalha;
- d) Carteira de identidade ou título de eleitor.

ARTIGO 81 - Esgotada, no curso da votação, a capacidade da urna, providenciará o presidente da mesa coletora para que outra seja usada.

ARTIGO 82 - A hora determinada no Edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão convidados em voz alta a fazerem entrega ao presidente da mesa coletora do documento de identificação, prosseguindo dos trabalhos até que vote o último eleitor.

§ 1º - Caso não haja mais eleitores a votar, serão imediatamente encerrados os trabalhos.

§ 2º - Encerrados os trabalhos da votação, a urna será lacrada com aposição de tiras de papel sulfite e cola branca, rubricadas pelos membros da mesa pelos fiscais.

§ 3º - Em seguida, o presidente fará lavrar ata, que será também assinada pelos mesários e fiscais, registrando a data e hora do início e do encerramento dos trabalhos, total de votantes e dos associados em condições de votar, o número de votos em separado, se os houver bem como, resumidamente, os protestos apresentados pelos eleitores candidatos ou fiscais. A seguir o presidente da mesa coletora fará entrega, ao presidente da mesa apuradora, mediante recibo, de todo o material utilizado durante a votação.

## SEÇÃO XII

### DA VOTAÇÃO POR CORRESPONDÊNCIA

ARTIGO 83 - O Sindicato poderá utilizar o sistema de voto por correspondência.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício do voto por correspondência só será permitido ao eleito residente ou trabalhador em



53120 July 1901

ARTIGO 85 - O eleitor, de posse do material a que se refere o artigo anterior, procederá da seguinte maneira:

b) assinalará no retângulo correspondente da cédula, a chapa de sua escolha, dobrando-a e colocando-a no envelope menor;

ARTIGO 86 - Funcionará na sede do Sindicato uma mesa coletora de votos por correspondência, constituída de forma idêntica às demais mesas coletoras, sob cuja guarda ficará a urna destinada a receber as sobrecartas com a declaração "Fim Eleitoral Sindical".

§ 2º - Ao término dos trabalhos de cada dia, o presidente da Mesa Coletora, juntamente com os mesários, procederá ao fechamento da urna com aposição de tiras de papel sulfite e cola branca, rubricadas pelos membros da mesa e fiscais e pelos mesmos assinada, com menção expressa do número de votos depositados.

§ 3º - A urna devidamente lacrada permanecerá na sede do Sindicato, em local seguro, ou em outro local indicado pela Junta Eleitoral.

5. 40 - O descerramento da urna no dia da continuação da



rificado que a mesma permaneceu inviolada.

§ 5º - Encerrados definitivamente os trabalhos de vota  
ção por correspondência a urna será lacrada na forma prevista no §  
2, fazendo lavrar ata final, da qual deverá constar referência às  
atas anteriores e o total do número de envelopes recebidos. Em se-  
guida, todo o material utilizado durante a votação será entregue ao  
Presidente da Mesa apuradora de votos, mediante recibo.

ARTIGO 87 - Os votos correspondência, embora enviados em tem-  
po hábil, só poderão ser computados se chegarem às mãos da respecti-  
va mesa coletora de votos até o encerramento dos trabalhos desta, de-  
vendo ser utilizados os envelopes recebidos posteriormente.

### SEÇÃO XIII

#### DA MESA APURADORA

ARTIGO 88 - Após o término do prazo estipulado para a vota-  
ção, instalar-se-à, em assembléia eleitoral pública e permanente,  
na sede do sindicato, a mesa apuradora, para qual, quando for o ca-  
so, serão enviadas as urnas e as atas respectivas.

ARTIGO 89 - A mesa apuradora, constituída de um presidente  
e 3 (três) auxiliares, será designada até 8 (oito) dias antes da da-  
ta das eleições, na forma do art. 57.

ARTIGO 90 - Poderão ser instaladas mesas apuradoras supleti-  
vas nas cidades onde haja funcionando mesas coletoras de votos.

### SEÇÃO XIV

#### DO QUORUM

ARTIGO 91 - Instalada, a mesa apuradora verificará, pela lis-  
ta de votantes, se participaram da votação mais de 2/3 (dois terços)  
dos eleitores, procedendo, em caso afirmativo, à abertura das urnas  
e à contagem de votos.

§ 1º - Os votos em separação, desde que decidida sua  
apuração, serão computados para efeito de quorum.

§ 2º - As mesas supletivas apurarão os votos indepen-



comunicarão à mesa apuradora de sede, por via telefônica, o número de associados em condições de votar, o número de votantes e o resultado obtido, enviando posteriormente, pela via mais rápida, toda a documentação.

ARTIGO 92 - Não sendo obtido o quorum referido no artigo anterior, o presidente da mesa apuradora encerrará a eleição, fará inutilizar as cédulas e sobrecartas, sem abrir, notificando, em seguida, a Junta Eleitoral para que esta convoque nova eleição nos termos do Edital.

§ 1º - A nova eleição será válida se nela tomarem parte mais de 50% (cinquenta por cento) dos eleitores observadas as mesmas formalidades da primeira. Não sendo, ainda desta vez, atingido o quorum, o presidente da mesa notificará a Junta Eleitoral para que esta convoque a terceira e última eleição.

§ 2º - A terceira eleição dependerá, para sua validade do comparecimento de mais de 40% (quarenta por cento) dos eleitores, observadas para a sua realização as mesmas formalidades anteriores.

§ 3º - Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º, apenas as chapas inscritas para a primeira eleição poderá concorrer às subsequentes.

ARTIGO 93 - Não sendo atingido o quorum para a eleição, a Junta Eleitoral declarará a vacância da administração, a partir do término do mandato dos membros em exercício e convocará uma Assembleia Geral para indicar uma Junta Governativa, realizando-se nova eleição dentro de 6(seis) meses.

## SEÇÃO XV

### DA APURAÇÃO

ARTIGO 94 - Contadas as cédulas da urna, o presidente verificará se o seu nome coincide com o da lista de votantes.

§ 1º - Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

§ 2º - Se o total de cédulas for superior ao da respec



CARTELA DE VOTO  
REGISTRO ELEITORAL

votos atribuídos à chapa mais votada o número de votos equivalentes às cédulas em excesso, desde que esse número seja inferior à diferença entre as duas chapas mais votadas.

§ 3º - Se o excesso de cédulas for igual ou superior à diferença entre as duas chapas mais votadas, a urna será anulada.

§ 4º - A admissão ou rejeição dos votos colhidos em separado será decidida pelo presidente da mesa, depois de ouvir as chapas concorrentes.

§ 5º - Apresentando a cédula qualquer sinal, rasura ou dizer suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este assinalado duas ou mais chapas, o voto será anulado.

ARTIGO 95 - A apuração dos votos por correspondência far-se-á da seguinte forma:

a) aberta a urna, as sobrecartas serão contadas e conferidas;

b) aberta a sobrecarga maior, dela se retirará a ficha de identificação, colocando-se a sobrecarga menor em outra urna, depois de verificada a condição de eleitor e anotando o seu nome na relação de votantes;

c) em seguida, o presidente da mesa registrará na ficha a data da eleição e declarará ter o eleitor votado;

d) cumpridas as formalidades em relação as sobrecartas, será encerrada e assinada pela mesa apuradora a relação dos votantes por correspondência;

e) o presidente da mesa apuradora procederá, em seguida, à apuração dos votos contidos na sobrecarga menores, a qual se regulará pelas disposições relativas à apuração comum.

f) ocorrendo protestos em relação a determinado votante por correspondência, a sobrecarta menor, que lhe corresponder, será aberta depois da decisão do presidente da mesa.

ARTIGO 96 - Os trabalhadores das mesas apuradoras supletivas obedecerão ao disposto para a mesa apuradora da sede, cabendo a esta incorporar aos seus próprios resultados os que receber daquelas.

ARTIGO 97 - Sempre que houver protesto fundado em contagem errônea de votos, vigias de sobrecartas ou cédulas, deverão estas



CIRET 10-1-1965  
[REDACTED]

toral até decisão final.

PARÁGRAFO ÚNICO - Haja ou não protestos, ~~conservar-se-ão~~ as cédulas apuradas sob a guarda do presidente da mesa apuradora, até proclamação final do resultado, a fim de assegurar eventual recontagem de votos.

ARTIGO 98 - Assiste ao eleitor o direito de formular, perante a mesa, qualquer protesto referente à apuração.

§ 1º - O protesto poderá ser verbal ou por escrito, de vendo neste último caso, ser anexado à ata de apuração.

§ 2º - Não sendo o protesto verbal ratificado, no curso dos trabalhos de apuração sob forma escrita, dele não se tomará conhecimento.

## SEÇÃO XVI

### DO RESULTADO

ARTIGO 99 - Finda a apuração, o presidente da mesa apuradora proclamará eleitos os candidatos que obtiveram maioria absoluta dos votos, em relação ao total de associados votantes, quando se tratar de Primeira Convocação, ou os que tiverem obtido maioria simples, em Eleições Posteriores, e fará lavrar a Ata dos Trabalhos Eleitorais.

§ 1º - A ata mencionará obrigatoriamente:

- a) dia e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos;
- b) local ou locais em que funcionaram as mesas coletoras com os nomes dos respectivos componentes;
- c) resultado de cada urna apurada, especifican do-se o número de votantes, sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e votos nulos;
- d) número total de eleitores que votaram;
- e) resultado geral da apuração;
- f) apresentação ou não de protesto, fazendo-se em caso afirmativo, resumo de cada protesto formulado perante a mesa.

§ 2º - A ata será assinada pelo presidente, demais mem



CARTEIRA DE REGISTRO  
REGISTRO DE VOTOS

§ 3º - A ata fará referência expressa à prática de atos relativos à votação por correspondência. 53/20 JUN 1977

ARTIGO 100 - Se o número de votos da urna anulada for superior à diferença entre as duas chapas mais votadas, não haverá proclamação de eleitos pela mesa apuradora, sendo realizadas suplementares, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, circunscritas aos eleitores constantes da lista de votações urna correspondente.

ARTIGO 101 - Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-ão novas eleições no prazo de 15 (quinze) dias limitada a eleição às chapas em questão.

ARTIGO 102 - A Junta Eleitoral comunicará por escrito ao empregador, dentro de 24 horas, a eleição do seu empregado.

## SEÇÃO XVII

### DAS NULIDADES

ARTIGO 103 - Será nula a eleição quando:

a) realizada em dia, hora e local adverso dos designados no edital, ou encerrada antes da hora determinada, sem que hajam votado todos os eleitores constantes da folha de votação;

b) realizada ou apurada perante mesa não constituída de acordo com o estabelecido neste estatuto;

c) preterida qualquer formalidade essencial estabelecida neste estatuto;

d) não for observado qualquer um dos prazos essenciais constantes deste estatuto.

ARTIGO 104 - Será anulável a eleição quando ocorrer vício que comprometa sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer candidato ou chapa concorrente.

PARÁGRAFO ÚNICO - A anulação do voto não implicará na da urna em que a ocorrência se verificar, nem a anulação da urna importará na da eleição, salvo se o número de votos anulados for igual ou superior ao da diferença final entre as duas chapas votadas.

ARTIGO 105 - Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe



SEÇÃO XVIII  
DOS RECURSOS

C. L. D. ...  
L. ...

1976 ...

ARTIGO 106 - Qualquer associado poderá interpor recurso contra o resultado do processo eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do término da eleição, para a Junta Eleitoral.

ARTIGO 107 - O recurso dirigido a Junta Eleitoral e entregue, em duas vias contra recibo, na Secretaria do Sindicato, no horário normal de funcionamento.

ARTIGO 108 - Protocolado o recurso, cumpre à Junta Eleitoral anexar a primeira via ao processo eleitoral e encaminhar a segunda via, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, contra recibo, ao Recorrido para, em 3 (três) dias, apresentar defesa.

ARTIGO 109 - Findo o prazo estipulado no artigo anterior, recebida ou não a defesa do recorrido, e estando devidamente instruído o processo, a Junta deverá proferir sua decisão, sempre fundamentada, no prazo de 10 (dez) dias.

ARTIGO 110 - O recurso não suspenderá a posse dos eleitos, salvo se provido e comunicado oficialmente ao Sindicato antes da posse.

ARTIGO 111 - Anuladas as eleições pela Junta, outras serão 90 (noventa) dias após a decisão anulatória.

§ 1º - Nessa hipótese a Diretoria permanecerá em exercício até a posse dos eleitos, salvo se qualquer de seus membros for responsabilizado pela anulação, caso em que a Assembléia Geral, especialmente convocada, elegerá uma Junta Governativa para convocar e realizar novas eleições.

§ 2º - Aquele que der causa à anulação das eleições será responsabilizado civilmente por perdas e danos, ficando o Sindicato obrigado, dentro de 30 (trinta) dias após a decisão anulatória, a providenciar a propositura da respectiva ação judicial.



## SEÇÃO XIX

## DISPOSIÇÃO ELEITORAIS GERAIS

ARTIGO 112 - A Junta Eleitoral incube organizar o processo eleitoral em duas vias, constituídas a primeira dos documentos originais e a outra das respectivas cópias.

PARÁGRAFO ÚNICO - São peças essenciais do processo eleitoral:

- a) edital e Aviso resumido do edital;
- b) exemplar do jornal que publicou o Aviso resumido do edital e a relação das chapas inscritas;
- c) cópias dos requerimentos de registro de chapas, fichas de qualificação dos candidatos e demais documentos;
- d) relação dos eleitores;
- e) expediente relativos à composição das mesas eleitorais;
- f) lista de votantes;
- g) atas dos trabalhos eleitorais;
- h) exemplar da cédula única;
- i) impugnações, recursos e defesas;
- j) resultado da eleição.

ARTIGO 113 - A Junta Eleitoral, dentro de 30 (trinta) dias da realização das eleições, comunicará o resultado à Federação a que o Sindicato estiver filiado, bem como publicará o resultado da eleição

ARTIGO 114 - A posse dos eleitos ocorrerá na data do término do mandato da administração anterior.

ARTIGO 115 - Ao assumir o cargo o eleito prestará, solenemente, o compromisso de respeitar o exercício do mandato a e este estatuto.

ARTIGO 116 - Caso as eleições não sejam convocadas ou realizadas nos prazos previstos neste estatuto, sem qualquer justificativa plausível, qualquer associado em gozo dos direitos sociais poderá requerer a convocação de uma Assembléia Geral para eleição de uma Junta Governativa, que terá a incumbência de convocar e fazer realizar eleições, obedecidos os preceitos contidos neste estatuto.



lizados os modelos anexos a este estatuto.

## CAPÍTULO VI

### DA PERDA DO MANDATO

ARTIGO 118 - Os membros da Diretoria, Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo perderão o seu mandato, nos seguintes casos:

- a) malversação ou dilapidação do patrimônio social;

- b) grave violação deste estatuto;

- c) abandono do cargo na forma prevista no parágrafo único, do artigo 124 ;

- d) aceitação ou solicitação de transferência que importe no afastamento do exercício do cargo;

- e) por abaixo assinado de 2/3 (dois terços) dos associados quites.

§ 1º - Toda suspensão ou destituição de cargo administrativo deverá ser precedida de notificação que assegure ao interessado o pleno direito de defesa, cabendo recurso na forma deste estatuto.

§ 2º - Nos casos das alíneas ac e d, a perda do mandato será deliberada pelo Conselho Deliberativo.

§ 3º - No caso da alínea e, a perda do mandato será deliberado por uma Assembléia Geral extraordinária, instalada com a presença mínima 2/3 (dois terços) dos solicitantes, sendo válida a decisão, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes.

ARTIGO 119 - Na hipótese de perda do mandato, as substituições se farão de acordo com o que dispõe o artigo 121.

ARTIGO 120 - A convocação dos suplentes, quer para Diretoria quer para Conselho Fiscal, compete ao Conselho Deliberativo.

ARTIGO 121 - Havendo renúncia ou destituição de qualquer membro da Diretoria do Conselho Fiscal ou da representação na Federação assumirá o cargo vacante o substituto determinado pelo Conselho De



PARÁGRAFO ÚNICO - As renúncias serão comunicadas por escrito e com firma reconhecida ao Conselho Deliberativo.

ARTIGO 122 - Se ocorrer a renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal e se não houver suplente, o presidente ainda que re-signatário, convocará a Assembléia Geral a fim de que esta constitua uma Junta Governativa Provisória.

ARTIGO 123 - A Junta Governativa Provisória, constituída nos termos do artigo anterior, procederá a diligência necessária à realização de novas eleições para a investidura dos cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, de conformidade com este estatuto.

ARTIGO 124 - No caso de abandono de cargo, processar-se-á na forma dos artigos anteriores, não podendo, entretanto, o membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que houver abandonado o cargo, ser eleito para qualquer mandato de administração sindical ou de representação, durante 6(seis) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se abandono de cargo a ausência não justificada de 3 (três) reuniões ordinárias sucessivas, da Diretoria, do Conselho Fiscal ou do Conselho Deliberativo.

ARTIGO 125 - Ocorrendo falecimento de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal proceder-se-á na conformidade do art. 121.

## CAPÍTULO VII

### PATRIMÔNIO DO SINDICATO

ARTIGO 126 - Constitui patrimônio do Sindicato:

- a) as contribuições daqueles que participam da categoria representada, consoante a alínea "d", do art. 2º;
- b) as doações e legados;
- c) os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidos;
- d) os aluguéis de imóveis e juros de títulos e de depósitos;
- e) as multas e outras rendas eventuais.

PARÁGRAFO ÚNICO - A importância da mensalidade estipulada na alí-



mento da Assembléia Geral.

ARTIGO 127 - Os títulos de renda e os bens imóveis só poderão ser alienados mediante permissão expressa da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

§ 1º - A assembléia de autorização de venda de imóveis, só poderá ser instalada: em 1ª (primeira) convocação com a maioria absoluta (50% mais 1) dos associados quites e, em 2ª (segunda) convocação com 10% (dez por cento) dos associados quites.

§ 2º - Da deliberação da Assembléia Geral, concernente à alienação de bens imóveis, caberá recurso voluntário, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, para Autoridade Competente com efeito suspensivo.

§ 3º - Para alienação, locação ou aquisição de bens imóveis, deverá ser realizada avaliação prévia pela Caixa Econômica Federal ou por qualquer outra organização legalmente habilitada a tal fim.

§ 4º - A venda do imóvel será efetuada pela diretoria da entidade, após a decisão da Assembléia Geral, mediante concorrência pública, com edital publicado na imprensa diária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de sua realização.

ARTIGO 128 - Todas as operações de ordem financeira e patrimonial serão evidenciadas por registros contábeis, executados sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado.

§ 1º - A escrituração contábil a que se refere este artigo, será baseado em documentos de receita e despesa, que ficarão arquivados nos serviços de contabilidade, a disposição dos associados e dos órgãos competentes de fiscalização.

§ 2º - Os documentos comprobatórios dos atos de receita e despesa, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser incinerados, após decorridos 5 (cinco) anos da data de quitação de contas pelo órgão competente.

§ 3º - É obrigatório o uso do livro Diário, encaderna-



turação, pelo método das partidas dobradas, diretamente ou por repro-  
 dução, dos atos ou operações que modifiquem ou venham a modificar a  
 situação patrimonial da entidade, o qual conterà respectivamente, na  
 primeira e na última páginas, os termos de abertura e de encerramen-  
 to.

§ 4º - Caso seja utilizado sistema mecânico ou eletrô-  
 nico para escrituração contábil, poderá substituir o Diário e os li-  
 vros facultativos ou auxiliares por fichas ou formulários contínuos,  
 cujos lançamentos deverão satisfazer a todos os requisitos e normas  
 de escrituração exigidos com relação aos livros mercantis, inclusive  
 no que respeita a termos de abertura e de encerramento e numeração  
 sequencial e tipográfica.

§ 5º - Na escrituração por processos de fichas ou for-  
 mulários contínuos, o sindicato adotará livro próprio para inscrição  
 do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício,  
 o que conterà os mesmos requisitos exigidos para os livros de escri-  
 turação.

§ 6º - O Sindicato manterá registro específico dos bens  
 de qualquer natureza, de sua propriedade, em livros ou fichas pró-  
 prias, que atenderão às mesmas formalidades exigidas para o livro  
 Diário.

ARTIGO 129 - Os atos que importem em malversação ou dilapida-  
 ção do patrimônio do Sindicato ficam equiparados ao crime de pecula-  
 to, julgado e punido na conformidade da legislação penal.

ARTIGO 130 - No caso de dissolução do Sindicato, o que só se  
 dará por deliberação expressa da Assembléia Geral para esse fim con-  
 vocada e com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados  
 quites, o seu patrimônio, pagas as dívidas legítimas decorrentes de  
 suas responsabilidades, será doado ao Sindicato da mesma categoria,  
 ou de categoria similar ou conexa, ou, ainda, a qualquer entidade  
 sindical Profissional de qualquer grau, inclusive centrais sindi-  
 cais, a critério da Assembléia Geral que deliberou sobre a dissolu-  
 ção.







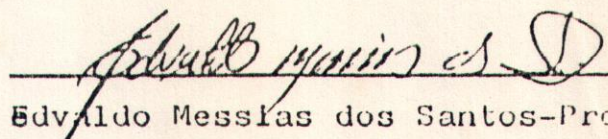
CARTÃO DE

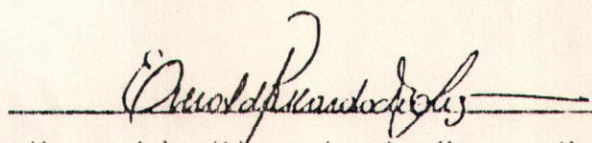
REGISTRO

**ARTIGO 137 -** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo e submetidos à Assembléia Geral.

**ARTIGO 138 -** Este estatuto foi submetido à Assembléia Geral e aprovado em 25 de maio de 1989, entrando em vigor nesta data, e será reformado quando da ratificação pelo Brasil, da Convenção número 87, da OIT, ou quando o Conselho Deliberativo julgar necessário, por uma Assembléia especialmente convocada para esse fim.

João Pessoa, 25 de maio de 1989.

  
Edvaldo Messias dos Santos-Presidente  
to da Assembléia de Fundação e Pre-  
sidente na Diretoria Provisória.

  
Everaldo Ricardo de Souza-Secretário  
da Assembléia de Fundação e Se-  
cretário-Geral da Diretoria Provisó-  
ria.

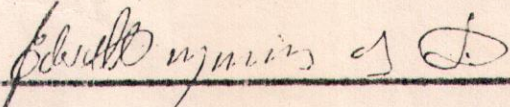


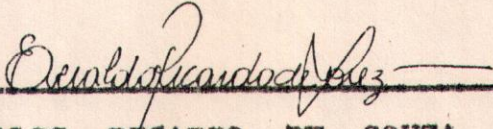
Ata da Assembléia geral de fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado da Paraíba - SINTEFEP. Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio de 1989, às 10 horas, na Avenida Padre Azevedo nº 409, sala 103, 1º andar, em João Pessoa, Paraíba, realizou-se a assembléia geral de fundação do Sindicato dos trabalhadores em empresa ferroviária no estado da paraíba - SINTEFEP. Estiveram presente ao ato da fundação do sindicato dos trabalhadores em empresas ferroviária no estado da paraíba - SINTEFEP aproximadamente cerca de 80% dos trabalhadores ferroviários do estado da paraíba, como também a diretoria executiva do sindicato dos ferroviários do nordeste e representantes do sindicato dos trabalhadores nos correios e telegrafos no estado da paraíba. Instalada a assembléia, foi composta a mesa sob a presidência do Sr. Edvaldo Messias dos Santos, sendo os trabalhadores secretariados pelo Sr. Everaldo Ricardo de Souza iniciados os trabalhos, o presidente informou aos presente a finalidade da reunião, dando ciência da pauta de trabalho prevista no edital de convocação afixados nos murais da área territorial das empresas CBTU e RFFSA por todo o estado. Após uma breve, foi decidido por unanimidade a fundação do sindicato dos trabalhadores em empresas ferroviária no estado da paraíba - SINTEFEP. Continuando os trabalhos, passou-se à discursão da proposta do estatuto do sindicato, o qual, foi aprovado; Em seguida, procedeu-se a eleição, por voto direto e secreto dos componentes da primeira diretoria, do conselho fiscal, respectivos suplentes e representantes na federação. Os eleitos foram os seguintes: Presidente Edvaldo Messias dos Santos; secretário geral, Everaldo Ricardo de Souza; diretor financeiro, João Gomes da Silva; diretor de cultura e imprensa, Vicente Barbosa de Oliveira; diretor de pesquisa e tecnologia Arinaldo Nascimento Ramos; diretor de formação e relação sindical, Silvio Cavalcante Bastos; suplente da diretoria executiva, Justino Rodrigues de Souza Neto, Normando Aurélio dos reis, Geraldo Maximino da Silva, Nelson José Correia Arcela, João Pedro Tavares, e Severino Valeriano da Silva Neto; conselho fiscal, Vicente Honorato de Melo, Inaldo Machado da Lima e Alberico Jesus Gouveia Coelho, digo estes



Ficou decidido o mandato desta diretoria que será de 03 (três) anos apartir do dia da posse que será decidido ainda, pela mesa. A palavra foi facultada porém ninguém quis dela fazer uso como nada mais houvesse a ser tratado, foi encerrada a assembléia, sendo lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme. Dai assinada por quem preside os trabalhos e pelo secretário.

PROTOCOLO GERAL

  
EDVALDO MESSIAS DOS SANTOS  
PRESIDENTE DE MESA

  
EVERALDO RICARDO DE SOUZA  
SEC. DA MESA.

Sind. dos Trab. em Emp. Ferroviária no Est. da PB  
R. Padre Azêvedo, 409 Sala 103 Fone 222-3861  
Cx. Postal 0451 - João Pessoa - PB.







SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO

Ata da 11ª Reunião Ordinária/ 90, da 2ª Turma de Julgamento da Comissão Especial de Recursos - CER / PROAGRO, realizada no dia 11 de maio de 1990, às oito horas e trinta minutos.

Ao décimo primeiro dia do mês de maio, de um mil novecentos e noventa, às oito horas e trinta minutos, na sala das sessões da Segunda Turma de Julgamento da Comissão Especial de Recursos, no Setor Comercial Sul, Edifício Serra Dourada, quarto andar, em Brasília, DF, reuniu-se a Comissão Especial de Recursos, em sua 11ª Reunião Ordinária para julgamento dos processos em pauta, sob a Presidência do Representante da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, Antônio Luiz Coelho, tendo funcionado como Secretária a Senhora Francisca Irian da Rocha. Estiveram ainda presentes à Reunião os Senhores Membros: Divaldo Avelino de Rezende, Representante do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A; Ida Cláudia Pessoa Brasil, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Wildemar Damasceno Andrade, Representante do Banco do Brasil S/A; José Luiz Guerra Conceição Silva, Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB; Roberto Peres Cardoso, Representante do Banco Central do Brasil - BACEN; Veríssimo de Araújo e Silva, Representante do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Participou também da reunião o Sr. Waldir Pereira Machado. A seguir o Senhor Presidente declarou aberta a Reunião apresentando a Ata da reunião anterior para apreciação do Colegiado, a qual foi aprovada. Tiveram início os trabalhos de julgamento. Os processos no total de 27 (setenta e sete), e suas resoluções, constam de relação anexa à presente Ata. "Nos recursos remanescentes dos produtores da Região de Frotolina e Juazeiro, foi apresentado novamente o voto do Representante do Banco Central do Brasil, nos seguintes termos: Indenizar os empreendedores nos quais a periculação quantificou as perdas com segurança (MER 7-4-1, 7-5-14 e 7-6-4-b) e, conforme Comunicado DECRI-070, de 28.11.89, alertar os Agentes do PROAGRO para a necessidade de observar as recomendações técnicas contidas para a rotatividade da Cultura da ASPROTO à CER, com especial atenção para a rotatividade da Cultura". Aprovado o destaque do processo nº 12656/89, solicitado pelo Rô representante do NUCC, em vista da carta do Banco do Brasil, datada do dia 05.03.90, ameaçando tomar medidas rigorosas contra o mutuário. Os trabalhos tiveram prosseguimento até às 12:00 horas quando foram encerrados. E, para constar, lavrei a presente Ata que subscrevo e vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente, depois de lida e achada de acordo.

FRANCISCA IRIAN DA ROCHA  
Secretária

ANTONIO LUIZ COELHO  
Presidente

Ata da 12ª Reunião Ordinária/ 90, da 2ª Turma de Julgamento da Comissão Especial de Recursos - CER / PROAGRO, realizada no dia 14 de maio de 1990, às oito horas e trinta minutos.

Ao décimo quarto dia do mês de maio, de um mil novecentos e noventa, às oito horas e trinta minutos, na sala das sessões da Segunda Turma de Julgamento da Comissão Especial de Recursos, no Setor Comercial Sul, Edifício Serra Dourada, quarto andar, em Brasília, DF, reuniu-se a Comissão Especial de Recursos, em sua 12ª Reunião Ordinária para julgamento dos processos em pauta, sob a Presidência do Representante da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, Antônio Luiz Coelho, tendo funcionado como Secretária a Senhora Francisca Irian da Rocha. Estiveram ainda presentes à Reunião os Senhores membros: Divaldo Avelino de Rezende, Representante do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A; Ida Cláudia Pessoa Brasil, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Manoel José Ribeiro, Representante do Banco Central do Brasil - BACEN; Wildemar Damasceno Andrade, Representante do Banco do Brasil S/A; Veríssimo de Araújo e Silva, Representante do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária; José Luiz Guerra Conceição Silva, Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Participou também da reunião o Sr. Acácio Fernandes dos Santos. A seguir o Senhor Presidente declarou aberta a reunião apresentando a Ata da Reunião anterior para apreciação do Colegiado, a qual foi aprovada. Tiveram início os trabalhos de julgamento. Os processos, no total de 04 (quatro), e suas resoluções, constam de relação anexa à presente Ata. Foi devolvido do "visto" do processo nº 12652/89 pelo representante do Banco Central do Brasil, o mesmo pediu vista do processo nº 0636/89. Os trabalhos tiveram prosseguimento até às 12:00 horas quando foram encerrados. E, para constar, lavrei a presente Ata que subscrevo e vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente, depois de lida e achada de acordo.

FRANCISCA IRIAN DA ROCHA  
Secretária  
(Inf. nº 99, de 16/05/90)

ANTONIO LUIZ COELHO  
Presidente

# Ministério do Trabalho e da Previdência Social

## GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.236, DE 16 DE MAIO DE 1990

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e,

Considerando que a Lei nº 8028 de 12 de abril de 1990 confere título como área de competência deste Ministério, no item "c" do inciso VII, do artigo 19, Previdência Social e Entidades de Previdência Complementar;

Considerando que a Portaria MPAS/GH nº 4.624, de 13 de março de 1990, ao reconhecer a GEAP - Fundação de Seguridade Social, como entidade fechada de Previdência Privada e aprovar seu Estatuto, esta belogou que, a partir de dezembro de 1990 a nova Fundação seria gerida pelo Grupo Executivo de Assistência Patronal, com seu Conselho Consultivo exercendo as funções do Conselho de Curadores da Entidade, e

Considerando, por fim, que as modificações introduzidas na Estrutura Organizacional do Governo Federal, pela Lei nº 8.028/90, induzem a reestruturação do referido Conselho Consultivo, resolve:

Artigo 1º - Alterar a composição do Conselho Consultivo do Grupo Executivo de Assistência Patronal - GEAP, que passa a ser a seguinte:

- I - Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MPST, que exercerá as funções de Presidente do Conselho;
- II - 1 (um) Representante e 1 (um) suplente de cada uma das Entidades abaixo relacionadas, designados pelo Dirigente máximo da respectiva Entidade:
  - a) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
  - b) Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS;
  - c) Fundação Legião Brasileira de Assistência - FLBA;
  - d) Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV;
  - e) Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência - FCBIA;
  - f) Central de Medicamentos - CEME;
  - g) Fundação de Seguridade Social - GEAP;
  - h) Associação Nacional dos Funcionários de Contribuições Previdenciárias - ANFP;
- III - 1 (um) Representante e 1 (um) suplente, eleitos por maioria simples entre os Diretores Estaduais do GEAP, através de comunicação escrita e individual enviada à Direção Geral do GEAP.

Artigo 2º - As competências e atribuições do Conselho Consultivo não as constantes do artigo 10 do Estatuto da GEAP - Fundação de Seguridade Social.

Artigo 3º - Enquanto não for constituído e instalado o Conselho de Curadores da Fundação, o Diretor Executivo do Grupo Executivo de Assistência Patronal exercerá as competências e atribuições do Diretor Geral da nova entidade e será designado ou dispensado por ato do Presidente do Conselho Consultivo.

Parágrafo Único - As demais funções de confiança do Grupo Executivo de Assistência Patronal serão designadas ou dispensadas por ato do Diretor Executivo.

Artigo 4º - Ao Conselho Consultivo compete, dentro do prazo estabelecido no artigo 39 do Estatuto da GEAP - Fundação de Seguridade Social, apresentar ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social, as propostas de alterações estatutárias necessárias à adequação da Fundação à legislação em vigor, como também reformular o regimento interno do Grupo Executivo de Assistência Patronal de forma que possibilite a implantação da Estrutura Organizacional e Funcional da GEAP - Fundação de Seguridade Social.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Of. nº 154/90)

ANTONIO MAGRI

## SECRETARIA NACIONAL DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO  
Em 16 de maio de 1990

### ARQUIVO DE ENTIDADES SINDICAIS BRASILEIRAS

O Secretário Nacional do Trabalho, tendo em vista a Instrução Normativa nº 09, de 21 de março de 1990, do Senhor Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, e o que mais do processo a baixo relacionado consta, declara mantida no "Arquivo de Entidades Sindicais Brasileiras", a seguinte entidade sindical:

Processo nº 24440 007 031/90 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira-SP.

### PEDIDOS DE ARQUIVAMENTO

Tendo em vista o disposto nos itens I e II da Instrução Normativa nº 09, de 21 de março de 1990, do Senhor Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social e,

PREFEITURA	AUTENTICAÇÃO
MUNICIPAL	CÓPIA AUTÊNTICA DO
DE	DOC. APRESENTADO
CABEDELO	Cabedelo 12/12/1991
PARAÍÇA	1991 4702
	FUNCIÓARIO





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS  
CAUSTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C  
FICHA DE  
ALTERAÇÃO

01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

3

5

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENHER ESTA FICHA
2. PREENCHA A MAQUINA EM 4 (QUATRO) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS
3. APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO SEDE
4. PREENCHA APENAS OS QUADROS CORRESPONDENTES(AO(S) QUE ASSINALOU NO QUADRO 04 E PREENCHA O QUADRO 12
5. SO SERÁ ADMITIDO COMO "SIGNATÁRIO" O RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA
6. NÃO PREENCHA OS QUADROS DE USO DA REPARTIÇÃO

03 ESTABELECIMENTO A QUE SE REFERE ESTA ALTERAÇÃO

03 C.G.C. NÚMERO BÁSICO NÚMERO DE ORDEM CONTROLE

08	354318	0001	82
----	--------	------	----

04 ALTERAÇÕES NA FICHA

04 ASSINALE COM "X" O ITEM A ALTERAR (OO A 05 PRIVATIVO DO ESTABELECIMENTO SEDE)

MÊS DE BALANÇO	00 6	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL	X 05 7
PERCENTUAL DO CAPITAL	01 4	ATIVIDADE PRINCIPAL	X 06 5
FAIXA DE CAPITAL	02 2	NOME DE FANTASIA	07 3
PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL	03 0	ENDEREÇO	X 08 1
NATUREZA JURÍDICA	04 9	RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS	09 0

05 NOVAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

05 MÊS DE BALANÇO 3 06 PERCENTUAL DO CAPITAL 1

07 FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")

MENOS DE R\$ 100.000	03 3	ENTRE R\$ 100.000 E R\$ 1.000.000	04 1	MAIS DE R\$ 1.000.000	05 0
----------------------	------	-----------------------------------	------	-----------------------	------

06 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

06 ASSINALE COM "X" A NOVA RILACÃO DE TRIBUTOS QUE RECOLHER MANTUALMENTE

IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)	00 1	LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	08 7
EXPORTAÇÃO	01 0	ENERGIA ELÉTRICA	09 5
PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	02 8	MINERAIS	10 9
IMPORTAÇÃO	03 6	TRANSMISSÃO PROP. IMOBILIÁRIA	11 7
IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)	04 4	ICM	12 5
IPF	05 2	PROPRIEDADE TERRITORIAL E PRECUIAL URBANA	13 3
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	06 0	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	14 1
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)	07 9		

02 CARIMPO PADRONIZADO DO C.G.C. DO ESTABELECIMENTO SEDE

08.354.318 / 0001-82

Sindicato dos Trabalhadores em Empresa  
Ferroviária no Estado da Paraíba  
Padre Azevedo, 409 - Sala 103  
Sub. Cj - Varadouro - CEP 58.010  
JOÃO PESSOA - PARAIBA

\* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA POR AMBAS AS REPARTIÇÕES, COMPLEMENTA NO QUE COUBER, O CARTÃO C.G.C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPCÃO (QUADRO 16) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO

07 NATUREZA JURÍDICA

07 ASSINALE COM "X" A NOVA FORMA DE CONSTITUIÇÃO

EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA)	00 8	EMPRESA PÚBLICA	10 5
SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	01 6	SOC. DE ECONOMIA MISTA	11 3
SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA	02 4	SOC. ANÔNIMA (CAPITAL FECHADO)	12 1
SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA	03 2	SOC. ANÔNIMA (CAPITAL ABERTO)	13 0
SOC. COMANDITA SIMPLES	04 0	EMPRESA INDIVIDUAL (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	14 8
SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES	05 9	FUNDAÇÃO	15 6
SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS	06 7	ASSOCIAÇÃO	16 4
SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO	07 5	AUTARQUIA	17 2
SOC. COOPERATIVA	08 3	ÓRGÃO PÚBLICO	18 0
FILIAL, SUCESSORAL, AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR	09 1		

08 NOVA ATIVIDADE PRINCIPAL

08 DESCRIÇÃO ENTIDADE DE CLASSE SINDICAL

09 CÓDIGO 6131

09 NOVA DENOMINAÇÃO

10 NOVA FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL

11 NOVO NOME DE FANTASIA

SIND DOS TRAB EM EMP FERR  
OVIARIA NO ESTADO DA PARAIBA  
SINTEFEP

10 NOVO ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

12 TIPO (RUA, AV, ETC.) RUA

13 NOME (LOGRADOURO) PADRE AZEVEDO

14 NÚMERO 409

15 COMPLEMENTO (ANEXOS, SALA, ETC.) SALA 103 SUB LOJA

16 BAIRRO OU DISTRITO VARADOURO

17 MUNICÍPIO JOÃO PESSOA

18 CEP 58010

19 CÓDIGO DO MUNICÍPIO 2051

20 CÓDIGO DA INSPECTORIA

11 NOVA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

21 INSCRIÇÃO NO CPF NÚMERO BÁSICO CONTROLE 0 2 NOME

12 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

22 CPF DO SIGNATÁRIO N.º BÁSICO CONTROLE

113895244	34
-----------	----

23 NOME EDVALDO NESSIAS DOS SANTOS

24 DATA 02/06/89

25 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Edvaldo Neessias dos Santos

13 RECEPCÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

26 CARIMPO DO ÓRGÃO / RUBRICA DO FUNCIONÁRIO / DATA

14 CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS

27 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR CÓDIGO ANO GRUPO NÚMERO

4200218903			
------------	--	--	--

15 RECEPCÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

28 CARIMPO PÚBLICO DO FUNCIONÁRIO

420 2/2 51

02/06/89

DRF-J. Pessoa - J.

16 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

29 DATA DE RECEPCÃO DIA MÊS ANO

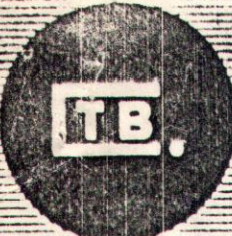
02	06	89
----	----	----

30 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO

Paula

MAT. 0403020-8





# CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO

## REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

### CERTIDÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA


LIVRO A Nº ... 2.1. ....

Sind. dos Trab. em Emp. Ferroviária no Est. da PB  
R. Padre Azêvedo, 409 Sala 103 Fone 222-3861  
Cx. Postal 0451 - João Pessoa - PB.

Certifico e dou fé que nos termos dos arts. 18 e 19 do Código Civil Brasileiro e na forma dos arts. 114 e 119 da Lei Nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, em data de hoje foi conferida Personalidade Jurídica a SIND. DOS TRAB. EM EMP. FERROVIÁRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA, Entidade Civil estabelecida à RUA PADRE AZEVEDO 409 - 1º AND. SALA 103, na cidade de JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, conforme REGISTRO Nº 5.3.7.8.0.... deste Cartório.

João Pessoa, 02 de JUNHO de 1989

*Germano C. Toscano de Brito*  
O OFICIAL DO REGISTRO





CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO.

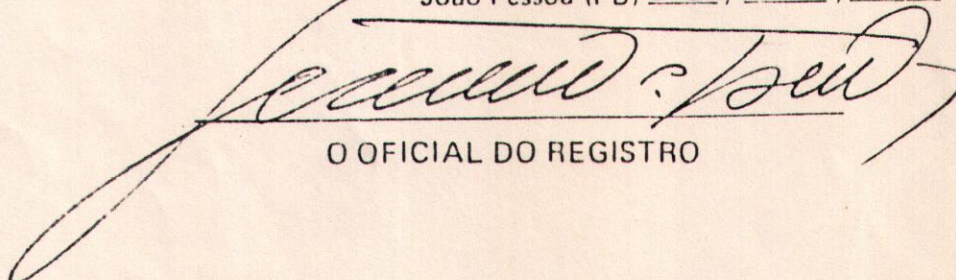
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Sind. dos Trab. em Emp. Ferroviária no Est. da PB  
R Padre Azêvedo, 409 Sala 103 Fone 222-3861  
Cx Postal 0451 - João Pessoa - PB.

Certifico que nesta data foi Registrado o do-  
cumento abaixo caracterizado sob o nº 53780 do  
Livro 21 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. O Cer-  
tificado é verdade. Dou Fé.

João Pessoa (PB) 02/06/89

  
O OFICIAL DO REGISTRO

NATUREZA DO DOCUMENTO: REGISTRO DE UM ESTATUTO SOCIAL  
ENTIDADE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DO ESTADO DA  
O.E. DE: 27 de Maio 1989 PÁGINA(S): 08

Apresentado hoje para Registro. Protocolado sob  
nº 53720 no Livro A nº 03.  
Registrado sob nº 53780 no Livro A nº 21  
do Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Cartório  
Toscano de Brito.

João Pessoa (PB) 02/06/89





Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

Of.GSL/095/91

João Pessoa, 18 de abril de 1991.

Senhor Governador

Estou encaminhando a V. Exa., nos termos do que dispõe o Regimento Interno, o Autógrafo nº 010/91 do Projeto de Lei nº 006/91, aprovado por esta Assembleia Legislativa em sessão plenária realizada no dia 16 de abril em curso, que Reconhece de Utilidade Pública e dá outras providências.

No ensejo aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa., os protestos de alta estima e elevada consideração.

CARLOS MARQUES DUNGA  
PRESIDENTE

Exmo. Sr.

Dr. Ronaldo da Cunha Lima

DD. Governador do Estado da Paraíba  
Palácio da Redenção

N e s t a



NTE AUTOGRAFO é cópia  
e foi aprovado em Plenário em  
na 161 04/1991

Legislativa do Estado da Paraíba

em 18/04/1991

Secretário Legislativo



Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 010/91

PROJETO DE LEI Nº 006/91

Reconhece de Utilidade Pública e  
dá outras providências.

Art. 1º - Fica reconhecido de utilidade pública o  
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviária do Estado da  
Paraíba, com sede e foro na Cidade de João Pessoa.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua  
publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba,  
em João Pessoa, 18 de abril de 1991.

Dep. CARLOS MARQUES DUNGA  
PRESIDENTE





*Estado da Paraíba*  
*Assembléia Legislativa*  
*Casa de Epitácio Pessoa*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 34/91.

Dispõe sobre o número máximo de alunos em sala de aula na rede pública e particular de ensino do Estado.

Autor: Dep. Francisco Lopes.

Relator: Dep. Bosco Carneiro.

I - RELATÓRIO.

O Dep. Francisco Lopes, propõe via Projeto de Lei sob exame, fixar o número máximo de alunos em sala de aula na rede pública e particular de ensino do Estado, atendidos por 01 (um) professor.

Justificando sua proposição, argumenta o autor que o projeto visa atender uma antiga reivindicação dos professores no que se refere às condições de trabalho ao educador e ao educando.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR.

No que pese a boa intenção do nobre Dep. Francisco Lopes, existem entraves de ordem constitucional que impede a aprovação do projeto de lei em análise.

A matéria tratada no projeto em epígrafe é da consistência do Plano Estadual de Educação, lei esta, que será elaborada, em primeira instância, pelo Conselho Estadual de Educação (art. 212, § 2º, I da CE), e que será apreciada por esta Casa Legislativa.





Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

- 2 -

Com efeito, é oportuno lembrar, que o Conselho Estadual de Educação terá sua composição regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Estadual (art. 212, § 1º da CE), e que, por sua vez, será aprova da após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 213 da Constituição do Estado da Paraíba).

Em assim sendo, voto pela declaração de inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 34/91, e, por conseguinte, pela sua rejeição.

É o veto.

Sala das Comissões, em de junho de 1991.

Dep. Bosco Carneiro  
(Relator)

III - VOTO DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela declaração de inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 34/91, e, por conseguinte, pela sua rejeição, nos termos do voto do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados que abaixo subscrevem:

(Presidente-Relator)

(Vice-Presidente)

(Membro)

(Membro)

(Membro)

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em 19.12.91

1º SECRETÁRIO





AO EXPEDIENTE DO DIA *Estado da Paraíba*

*08* de *05* de *1991*  
Em, *07* de *05* de *1991*  
*Francisco Lopes da Silva*  
Presidente

Projeto de lei nº 34 , de 1991

Dispõe sobre o número máximo de alunos em sala de aula na rede pública e particular de ensino do Estado.

Art.1º - O número de alunos por sala de aula atendidos por 01 (um) professor nos cursos regulares dos estabelecimentos de ensino público e privado não poderá exceder os seguintes limites:

- I - 15 (quinze) alunos no maternal e jardim de infância;
- II - 20 (vinte ) alunos na primeira,segunda,terceira e quarta' séries do primeiro grau;
- III - 30 (Trinta) alunos na quinta,sexta,sétima e oitava séries do primeiro grau;
- IV - 35 (trinta e cinco) alunos em todas as séries do 2º grau.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor no ano letivo de 1992.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REJEITADO

ARQUIVE-SE

Deputado Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes )

ARQUIVE-SE

REJEITADO





Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei visa atender uma antiga reivindicação dos professores no que se refere às condições de trabalho.

No caso da educação, as condições de trabalho não dizem respeito apenas ao educador, mas também ao educando, pois este só poderá ter a atenção que necessita de seu professor se o número de alunos na sala de aula não for excessivo.

As técnicas pedagógicas modernas recomendam que seja dada oportunidade aos alunos de assimilarem os conteúdos segundo seus ritmos individuais e isto não pode ser feito com um número elevado de alunos por sala de aula.

Os números referências que constam no Projeto de Lei fazem parte de reivindicações dos sindicatos da categoria, portanto são extremamente legítimos pois se baseiam na experiência cotidiana dos profissionais do ensino.

É justamente no ensino particular que se situam as maiores distorções na relação número de alunos por professor. Cabe ao Estado, por direito e dever, coibir tais distorções zelando pela qualidade do ensino. Não se pode permitir que os imperativos de lucratividade comprometam o ensino.

No artigo 2º do Projeto de Lei se propõe a sua entrada em vigor apenas no ano letivo de 1992, dando espaço de tempo necessário para que as instituições públicas e privadas de ensino realizem adaptações cabíveis para a aplicação do Projeto de Lei.

Abrimos às entidades interessadas a possibilidade de, no decorrer da tramitação legislativa deste Projeto de Lei, propor mudanças e emendas que visem aperfeiçoá-lo

*Francisco Lopes da Silva*  
Dep. Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes)





ESTADO DA PARAIBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Registrado no Livro de Plenário  
às Fls. 34 Sob No 34/91  
EM, 07, 05, 19 91

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo do Dia 1 / 1 /  
de 19 91  
EM 1 / 1 / 19 91

1º SECRETÁRIO

ESTADO DA PARAIBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Remetido à Secretária Legislativa  
Em 13 / 05 / 91

Primo Ribeiro  
Diretor da Ass. ao Plenário

REMESSA  
Remetido nesta data ao Sr. Presidente  
da Comissão de Justiça  
Em 15 / 05 / 91  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAIBA  
José Claudio Gomes Ribeiro  
Dir. de Div. de Comissões Técnicas  
Mat. 271.611 - 9





Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa

- 2 -

Com efeito, é oportuno lembrar, que o Conselho Estadual de Educação terá sua composição regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Estadual (art. 212, § 1º da CE), e que, por sua vez, será aprovada após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 213 da Constituição do Estado da Paraíba).

Em assim sendo, voto pela declaração de inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 34/91, e, por conseguinte, pela sua rejeição.

É o veto.

Sala das Comissões, em de junho de 1991.

Dep. Bosco Carneiro  
(Relator)

III - VOTO DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela declaração de inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 34/91, e, por conseguinte, pela sua rejeição, nos termos do voto do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados que abaixo

subscravem:

(Presidente-Relator)

(Vice-Presidente)

(Membro)

(Membro)

(Membro)

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

Em

1º SECRETÁRIO





# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



JOÃO PESSOA, - PI

## Distribuição

PROJETO DE LEI Nº 34/91

DO DEPUTADO FRANCISCO LOPES - Dispõe sobre o número máximo de alunos em sala de aula na rede Pública e Particular de ensino do Estado da Paraíba.





AO EXPEDIENTE DO DIA 08 de 05 de 1991 *Estado da Paraíba*  
*Assembleia Legislativa*  
Em, 07 de 05 de 1991 *Casa de Epitáfio Pessoa*  
*Francisco Lopes da Silva*  
Presidente

Projeto de lei nº 34 , de 1991

Dispõe sobre o número máximo de  
alunos em sala de aula na rede  
pública e particular de ensino  
do Estado.

Art.1º - O número de alunos por sala de aula atendidos por 01 (um)  
professor nos cursos regulares dos estabelecimentos de  
ensino público e privado não poderá exceder os seguintes  
limites:

- I - 15 (quinze) alunos no maternal e jardim de infância;
- II - 20 (vinte ) alunos na primeira,segunda,terceira e quarta  
séries do primeiro grau;
- III - 30 (Trinta) alunos na quinta,sexta,sétima e oitava séries  
do primeiro grau;
- IV - 35 (trinta e cinco) alunos em todas as séries do 2º grau.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor no ano letivo de 1992.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

*Francisco Lopes da Silva*  
Deputado Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes )



DIVISÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS

F I C H A   D E   C O N T R Ô L E

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI Nº 34/91

AUTOR: DO DEPUTADO FRANCISCO LOPES

EMENTA: Dispõe sobre o número máximo de Alunos em sala de Aula na Rede Pública e  
Particular de Ensino do Estado da Paraíba.

RELATOR: \_\_\_\_\_

Recebido em:       /      /      

Enviado à: Comissão de Justiça

Em: 15 / 05 / 91

Prazo para Relatar: \_\_\_\_\_

Encaminhado à: \_\_\_\_\_

Em:       /      /





Estado da Paraíba  
Assembleia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei visa atender uma antiga reivindicação dos professores no que se refere às condições de trabalho.

No caso da educação, as condições de trabalho não dizem respeito apenas ao educador, mas também ao educando, pois este só poderá ter a atenção que necessita de seu professor se o número de alunos na sala de aula não for excessivo.

As técnicas pedagógicas modernas recomendam que seja dada oportunidade aos alunos de assimilarem os conteúdos segundo seus ritmos individuais e isto não pode ser feito com um número elevado de alunos por sala de aula.

Os números referências que constam no Projeto de Lei fazem parte de reivindicações dos sindicatos da categoria, portanto são extremamente legítimos pois se baseiam na experiência cotidiana dos profissionais do ensino.

É justamente no ensino particular que se situam as maiores distorções na relação número de alunos por professor. Cabe ao Estado, por direito e dever, coibir tais distorções zelando pela qualidade do ensino. Não se pode permitir que os imperativos de lucratividade comprometam o ensino.

No artigo 2º do Projeto de Lei se propõe a sua entrada em vigor apenas no ano letivo de 1992, dando espaço de tempo necessário para que as instituições públicas e privadas de ensino realizem adaptações cabíveis para a aplicação do Projeto de Lei.

Abrimos às entidades interessadas a possibilidade de, no decorrer da tramitação legislativa deste Projeto de Lei, propor mudanças e emendas que visem aperfeiçoá-lo

*Francisco Lopes da Silva*  
Dep. Francisco Lopes da Silva  
(Chico Lopes)